

PORTOSEG S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 4º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento e as correspondentes demonstrações financeiras, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao período de 31 de dezembro de 2025.

NOSSO DESEMPENHO

• **Receitas de prestação de serviços**
As receitas com operações de crédito, com títulos e valores mobiliários, com prestação de serviços e outras receitas operacionais totalizaram em 2025 R\$ 3.319,5 milhões, com aumento de 27% em relação ao ano anterior.
• **Resultado do exercício e por ação**
Em 2025, o lucro totalizou R\$ 147,2 milhões uma redução em relação ao ano anterior de R\$ (84,3) milhões, sendo que o lucro por ação foi de R\$ 8,75 em 2025.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios
Nova Estratégia de Sustentabilidade: Regenera
Lançamos a Regenera, a nova estratégia de sustentabilidade do Grupo Porto, marcando o início de um novo capítulo em nossa trajetória. A estratégia está estruturada em quatro pilares e contempla metas públicas e de longo prazo, com horizonte até 2030.

1. Valorização do Capital Humano e Impacto Social

Metas:
• Investir R\$ 40 milhões em projetos sociais, culturais e de fomento ao esporte;
• Alcançar 50% de mulheres em cargos de liderança;
• Alcançar 30% de pessoas negras em cargos de liderança.

2. Estratégia Climática e Circularidade

Metas:
• Reduzir em 40% as emissões absolutas de Gases de Efeito Estufa (GEE) dos Escopos 1 e 2, tendo 2023 como ano-base.
• Abastecer 100% da operação direta* com energia renovável (*por meio de autogeração e aquisição de certificados de energia renovável).
• Dobrar a reciclagem de veículos até 2030, com 2023 como referência.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Dezembro de 2025		Nota Explicativa	Dezembro de 2025
Ativo			Passivo		
Circulante e Não Circulante			Circulante e Não Circulante		
Disponibilidades		218.432	Ao Custo Amortizado		6.256.017
Caixa e equivalentes de caixa	7	218.432	Depósitos interfinanceiros	14	350.391
Instrumentos financeiros			Depósitos a prazo	14	583.455
Ao Valor Justo por Meio do Resultado		714.536	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	14	5.322.171
Títulos e valores mobiliários	8	610.689	Relações Interfinanceiras		
Instrumentos financeiros derivativos	17	103.847	Transações de pagamento	15	12.152.437
Ao Custo Amortizado		20.988.772	Outras obrigações		3.665.637
Operações de crédito	9	8.632.419	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		7.927
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9 (f)	(3.106.601)	Sociais e estatutárias	16	50.019
Outros Créditos	10	15.407.299	Fiscais e previdenciárias	16	36.263
Valores a receber relativos a transações de pagamento .		14.830.815	Provisão para pagamentos a efetuar	16	203.734
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(85.758)	Provisões para impostos e contribuições diferidas.....	18	19.965
Diversos		662.242	Provisões judiciais	16	13.057
Outros Valores e Bens		55.654	Diversas.....	17	3.334.672
Ativos fiscais diferidos	11	960.141	Patrimônio líquido		1.093.084
Permanente			Capital social	19	884.717
Investimento em entidade controlada em conjunto	12	185.897	Reservas de lucros		184.849
Intangível	13	99.398	Ajustes de avaliação patrimonial		23.518
“Software”		115.391			
Amortizações		(15.993)			
Outros intangíveis		43.974			
Amortizações		(43.974)			
Total do ativo		23.167.175	Total do passivo e patrimônio líquido		23.167.175

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Legal	Reservas de lucros sociais	Outras	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de Janeiro de 2025		654.117	94.852	252.234	6.928	95.068	(133.465)	969.734
Dividendos intermediários - exercícios anteriores	19 (c)	—	—	(118.621)	—	—	—	(118.621)
Aumento/redução de capital	19 (a)	230.600	—	—	—	—	—	230.600
Reconhecimento pagamento em ações	19 (d)	—	—	—	13.663	—	—	13.663
Ações alienadas	19 (d)	—	—	—	(9.136)	—	—	(9.136)
Ajustes de avaliação patrimonial		—	—	—	—	(71.550)	—	(71.550)
Absorção adoção inicial da Resolução CMN 4.966/21		—	—	(125.606)	—	—	133.465	7.859
Resultado do exercício		—	—	—	—	—	147.241	147.241
Destinação do resultado:								
Reserva legal	19 (b)	—	7.362	—	—	—	(7.362)	—
Reservas estatutárias	19 (b)	—	—	63.173	—	—	(63.173)	—
JCP intercalares	19 (c)	—	—	—	—	—	(76.706)	(76.706)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		884.717	102.214	71.180	11.445	23.518	—	1.093.084
Saldo em 30 de junho de 2025		654.117	94.852	149.613	3.460	43.224	(57.994)	887.272
Dividendos intermediários - exercícios anteriores	19 (c)	—	—	(16.000)	—	—	—	(16.000)
Aumento/redução de capital	19 (a)	230.600	—	—	—	—	—	230.600
Reconhecimento pagamento em ações	19 (d)	—	—	—	7.995	—	—	7.995
Ajustes de avaliação patrimonial		—	—	—	—	(19.706)	—	(19.706)
Absorção adoção inicial da Resolução CMN 4.966/21		—	—	(125.606)	—	—	133.465	7.859
Resultado do semestre		—	—	—	—	—	33.975	33.975
Destinação do resultado:								
Reserva legal	19 (b)	—	7.362	—	—	—	(7.362)	—
Reservas estatutárias	19 (b)	—	—	63.173	—	—	(63.173)	—
JCP intercalares	19 (c)	—	—	—	—	—	(38.911)	(38.911)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		884.717	102.214	71.180	11.445	23.518	—	1.093.084

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição") é uma instituição financeira privada, constituída em 9 de novembro de 2001 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 26 de dezembro de 2001, sediada na Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B, 4º andar - Campos Elíseos - São Paulo - SP. Tem por objeto social realizar financiamentos para aquisição de bens, serviços e capital de giro, a prestação de serviços de conta de pagamento, emissão e gestão de instrumentos de pagamento, e facilitação de transferências, bem como a execução de remessas de fundos, conversão entre moeda física, escritural e eletrônica, conforme regulamentos do Banco Central. A Instituição é parte integrante do Grupo Porto, cuja arquitetura de negócios está estruturada em cinco verticais estratégicas: Seguros, Saúde, Bank, Serviços e Outros Negócios. Inserida na vertical de Bank, é uma controlada direta da Porto Negócios Financeiros. A Instituição possui a seguinte participação:

	Classificação	Consolidação	Dezembro de 2025 Participação (%) Direta
	Entidade controlada	Por equivalência patrimonial	
ConectCar	em conjunto	patrimonial	50,00

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Instituição foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil - COSIF, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas e supervisionadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pelo BACEN. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/20, Resolução CMN nº 4.818/20, Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23. Conforme o artigo 94 da Resolução BCB nº 352/23, os novos critérios estabelecidos pela norma deverão ser aplicados de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro de 2025. A Administração optou pela isenção facultada pela Norma de não

representar informações comparativas de períodos anteriores, contudo, em algumas notas explicativas disponibilizamos os dados históricos de 01/01/2025. O impacto da adoção inicial, relativo às perdas esperadas e mudança de prazo de stop accrual para 90 dias, estão reconhecidos em contrapartida do Patrimônio Líquido. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Instituição. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. Essas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pela Diretoria, em 04 de fevereiro de 2026.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Instituição possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Instituição são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Instituição opera.

2.4 CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO - CONTROLADA EM CONJUNTO

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Instituição tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como entidades controladas em conjunto ("joint ventures") dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

2.5 ADOÇÃO DE NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

Resolução CMN nº 5.185/24, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2025: altera a Resolução nº 4.818/20, tornando obrigatória a divulgação do Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, registradas como companhias abertas que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), onde a Instituição se enquadra. Conforme faculta a Resolução CMN nº 5.185/24, a Instituição irá adotar o normativo somente quando este se tornar obrigatório, a partir do exercício de 2028.

candidatos para sucessão de Jerome Powell sugere maior tolerância inflacionária. Somado à percepção de maior ingerência do governo sobre a economia e o Banco Central, isto contribuiu para manutenção da tendência de depreciação do dólar global. No Brasil, observa-se a continuidade da desaceleração da atividade econômica, reflexo da política monetária restritiva, embora partindo de patamares elevados. O mercado de trabalho segue resiliente, impulsionando o crescimento real da massa de renda.

Para o início de 2026, projetamos sustentação do consumo, favorecida pelo aumento da renda disponível decorrente da reforma do Imposto de Renda e do reajuste real do salário mínimo. A estimativa de crescimento do PIB para o ano de 2026 é de 1,5%. A desinflação de 2025 foi ancorada no recuo dos preços de alimentos e na forte apreciação cambial (~12%). A inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico, segue elevada e sustenta nossa projeção de IPCA para 3,8% em 2026. A dinâmica fiscal permanece como o principal fator de risco à estabilidade macroeconômica doméstica. Apesar do crescimento da arrecadação, o déficit primário persiste e pressiona a dívida bruta. Somado às incertezas do ciclo eleitoral de 2026, as expectativas de inflação seguem desancoradas da meta de 3%. Consequentemente, o espaço para flexibilização monetária é limitado: esperamos o início do ciclo de cortes da Selic apenas em março, encerrando o ano em 12%. Os principais riscos monitorados à frente são: (i) aceleração da inflação norte-americana impulsionada pela atividade aquecida; (ii) escalada de conflitos geopolíticos com impacto relevante sobre crescimento econômico global; (iii) Deterioração adicional da dinâmica e expectativa fiscal brasileira.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota Explicativa	2º semestre de 2025	Dezembro de 2025
Receitas da intermediação financeira		1.746.403	3.319.475
Operações de crédito	20	1.664.191	3.190.381
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		82.212	129.094
Despesas da intermediação financeira ...		(876.025)	(1.196.689)
Operações de captação no mercado	21	(440.655)	(769.354)
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(435.370)	(427.335)
Resultado bruto da intermediação financeira		870.378	2.122.786
Outras receitas/(despesas) operacionais		(910.322)	(2.006.018)
Receita de prestação de serviços	22	784.794	1.509.312
Despesas com pessoal		(75.526)	(140.285)
Outras despesas administrativas	22.1	(383.882)	(708.076)
Despesas tributárias	23	(123.459)	(235.193)
Outras receitas operacionais	24	118.223	165.317
Outras despesas operacionais	25	(1.230.472)	(2.597.093)
Resultado de equivalência patrimonial ...	12	8.240	20.321
Resultado antes dos impostos e participações nos lucros		(31.704)	137.088
Imposto de renda	11.2	145.200	3.853
Contribuição social	11.2	85.510	507
Ativo fiscal diferido	11.2	(125.736)	62.686
Participações nos lucros		(39.294)	(56.893)
Resultado do semestre/exercício		33.975	147.241
Quantidade de ações (mil)		16.828	16.828
Resultado do semestre/exercício por ação básico e diluído	28	2,0189	8,7498

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	2º semestre de 2025	Dezembro de 2025
Resultado do semestre/exercício	33.975	147.241
Outros resultados abrangentes	(19.706)	(71.550)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do semestre/exercício:		
Resultado com "hedge"	(32.350)	(118.720)
Efeitos tributários sobre resultado com "hedge"	12.940	47.488
Ganhos e perdas atuariais	(493)	(530)
Efeitos tributários sobre resultado com ganhos e perdas atuariais	197	212

Total dos resultados abrangentes para o semestre/exercício, líquido de efeitos tributários **14.267** **75.691**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	2º semestre de 2025	Dezembro de 2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do semestre/exercício	33.973	147.241
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	435.370	427.335
Resultado de equivalência patrimonial	(8.240)	(20.321)
Amortizações	8.761	16.828
Efeito taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa	257	6.547
Lucro líquido ajustado	470.121	577.300
Variações de ativos e passivos	(309.683)	(348.157)
Varição em títulos e valores mobiliários	(307.188)	(451.600)
Varição em operações de crédito	(972.133)	(1.410.453)
Varição em outros créditos	(1.662.177)	(2.380.149)
Varição em outros valores e bens	11.059	(18.648)
Varição em instrumentos financeiros derivativos	(12.721)	45.061
Varição em depósitos interfinanceiros	20.206	350.391
Varição em depósitos a prazo	(51.860)	355.823

Varição em recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares

Varição em obrigações por empréstimos e repasses.....

Varição em outras obrigações

Caixa consumido pelas operações

Imposto de renda e contribuição social pagos

Juros sobre captação de recursos pagos

Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais

Imobilizado e intangível

Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento

Juros sobre capital próprio e dividendos pagos

Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento

Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa

Efeito taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício

Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua ➔



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

PORTOSEG S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 4º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



→ continuaçãoNOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resolução BCB nº 352/23, aplicável a partir de 01 de janeiro 2025 - Operações de Hedge: a Resolução BCB nº 352/23 é adotada pela Instituição desde 01 de janeiro de 2025. Todavia, no tocante às operações de hedge, a resolução estabelece que a reclassificação dessas operações para as novas categorias somente ocorrerá a partir de 01 de janeiro de 2027.

CPC 51 (IFRS 18) - APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO EM DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Substitui a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao período de 2027.

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo.

Para atendimento o Grupo Porto instituiu o Grupo de Trabalho Multidisciplinar, com reporte direto à Diretoria Executiva, para gerir a transição tributária entre 2026 e 2033. O foco central é assegurar a conformidade regulatória e a eficiência fiscal da operação. A fase inicial de mapeamento de processos em todas as verticais de atuação já foi finalizada.

A definição da estratégia futura depende da clarificação de três pilares:

- Aliquotas: Definição das taxas de referência pelo Senado e entes federativos;
- Regulação Setorial: Instruções específicas do órgão regulador a qual essa entidade se reporta; e
- Operacionalização: Normas da Receita Federal.

A Administração manterá o monitoramento contínuo das publicações do Comitê Gestor do IBS e da Secretaria da Receita Federal para atualizar projeções e ajustar o planejamento estratégico conforme as lacunas regulatórias forem preenchidas.

IMPACTOS ESTIMADOS PARA APURAÇÃO DOS IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

No dia 17 de novembro de 2022 foi publicada a Lei nº 14.467, conversão da Medida Provisória nº 1.128/22, que estabelece um novo tratamento tributário referente às perdas sofridas em função do não recebimento de créditos das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, determinando a aplicação de fatores para a dedutibilidade dessas perdas em operações com atraso superior a 90 dias (operações inadimplidas) mediante a aplicação de percentuais conforme a carteira classificada e o número de meses a partir da inadimplência, com o objetivo de alinhar as normas tributárias e contábeis, visando reduzir as vulnerabilidades associadas aos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras.

Com a redação dada pela Lei nº 15.078/24, que alterou o artigo 6º da Lei 14.467/22, ficou estabelecido que relativamente às operações de créditos e arrendamento mercantil financeiro que se encontravam inadimplidas em 31/12/2024 e não tenham sido deduzidas/recuperadas até essa data, estas somente poderão ser deduzidas na apuração do IRPJ e da CSLL à razão de 1/84 ou 1/120 a partir de 01/01/2026. Ainda para o ano de 2025, fica vedado deduzir perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro incorridas em montante superior ao lucro real do exercício, antes de computada essa dedução.

Adicionalmente às restrições de dedutibilidade mencionadas, destacamos o cronograma de majoração da alíquota da CSLL. Durante o exercício de 2025, a alíquota permanece fixada em 15%. No entanto, conforme a nova política de ajuste fiscal, está prevista uma elevação gradual: a alíquota passará para 17,5% em 2026, atingindo o patamar definitivo de 20% a partir de 2028. Esse escalonamento visa equilibrar a carga tributária do setor à medida que as novas regras de apuração de perdas e arrendamento mercantil entram em vigor.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir:

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.2.1 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os modelos de negócios e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos, conforme a Resolução CMN nº 4.966/2021:

Ativos financeiros ao custo amortizado (CA):

O ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é receber os respectivos fluxos de caixa contratuais. Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas específicas.

Valor justo em outros resultados abrangentes (“VJORA”):

O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas específicas.

Valor justo no resultado (“VJR”):

Operações que sejam geridas dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja gerar retorno somente pela venda. Operações que não se enquadrem nas categorias anteriores (“categoria residual”).

Para estes ativos financeiros que são mensurados pelo valor justo, é requerida a divulgação das mensurações de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de valor justo:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Instituição utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

Não houve alteração nas classificações dos níveis no período de 31 de dezembro de 2025.

3.2.2 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

São aplicadas as disposições constantes da Resolução BCB nº 352/2023. As operações de crédito com cartões de crédito e de crédito direto ao consumidor, são registradas a valor presente, calculado “pro rata die” com base na taxa de juros efetiva, até o momento em que o instrumento se caracterizar como ativo problemático. Um ativo é designado como problemático quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou dos encargos, ou de algum evento que se caracterize como inadimplência (default).

Os ativos financeiros relativos a transações de pagamentos são recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável) e são avaliados por teste de “impairment” (recuperação) a cada data de balanço.

3.2.3 TAXA DE JUROS EFETIVA

Os ativos mensurados ao custo amortizado, referentes a operações iniciadas a partir de janeiro de 2025, foram reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros, equalizando o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

A Instituição optou por método diferenciado de apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na originação ou na emissão do instrumento financeiro. Além disso, optou pelo não reconhecimento dos custos imateriais, conforme disposto no art. 13 da Res. BCB nº 352/23.

3.2.4 PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

A Resolução CMN nº 4.966/2021 determina a adoção de modelo de perdas esperadas, no qual reconhecemos as perdas esperadas associadas ao risco de crédito desde o momento do reconhecimento inicial da operação, considerando os efeitos do passado, a situação presente e as expectativas futuras (“forward looking”).

A Instituição alocou os instrumentos financeiros em três estágios:

- Estágio 1: Apuração da perda de crédito esperada considerando os eventos de inadimplência possíveis para o horizonte de 12 meses em cenário de operações em dia ou com pouco atraso (menos de 30 dias).
- Estágio 2: Apuração da perda de crédito esperada considerando os eventos de inadimplência possíveis ao longo da vida do instrumento financeiro em cenário com aumento significativo do risco de crédito.
- Estágio 3: Apuração da perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação de crédito, cenário em que eventos de inadimplência foram materializados (incluindo, mas não se limitando, a atrasos superiores a 90 dias, recuperações judiciais ou extrajudiciais, etc.). Para os instrumentos alocados nesse estágio, A Instituição aplicará os níveis de provisão mínimos estabelecidos para perdas incorridas associadas ao risco de crédito nos ativos financeiros inadimplidos, conforme determinado pelo Anexo I da Resolução BCB nº 352/2023 ou seu modelo interno, aplicando aquele que resultar em um nível de provisão maior.

3.2.5 ATIVO PROBLEMÁTICO E “STOP ACCRUAL”

As rendas das operações de crédito vencidas após 90 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no estágio 3, que posteriormente, deixarem de ser caracterizadas como ativo com problema de recuperação de crédito, podem ser realocadas para o estágio 1 ou 2.

A provisão para perdas esperadas associadas às operações de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação do risco de crédito embutido nas operações.

3.2.6 BAIXA DE ATIVO FINANCEIRO

Conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.966/21, um ativo financeiro deve ser baixado nos seguintes cenários:

- Os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expirarem; ou;
- O ativo financeiro for transferido e a transferência se qualificar para a baixa.
- Dado os estudos feitos pela Instituição, o write-off (período de reconhecimento de não recuperação do valor) foi definido em 18 meses (540 dias), sendo três meses de atraso mais 15 meses até o lançamento a prejuízo e o valor da LGD considerando o desempenho de recuperação até 60 meses.

3.2.7 RENEGOCIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO

As renegociações são os acordos que impliquem em alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original. As reestruturações implicam em concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração do crédito. Não havendo até o momento operações classificadas como reestruturadas. Conforme faculdade prevista na Resolução CMN nº 5.146/24, na classificação de operações reestruturadas, iremos utilizar a taxa de juros acordada no momento da renegociação para apuração do valor presente dos fluxos de caixas contratuais reestruturados até dezembro de 2026.

3.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

3.3.1 INSTRUMENTOS DE “HEDGE”

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pelo Grupo Porto, alocados em carteira própria ou em fundos de investimentos fechados, referem-se a: (i) “swaps”, que visam a proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos ou a proteção contra variações adversas de taxa de juros das aplicações financeiras alocadas em fundos de investimentos; (ii) contratos futuros de juros prefixados, que sintetizam a exposição a juros; (iii) opções de índice futuro de lbovespa, que sintetizam a exposição ao índice; (iv) contrato futuro de moeda, que sintetiza a exposição ao câmbio das aplicações financeiras em moedas estrangeiras; e (v) “hedge” de fluxo de caixa, cuja a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado financeiro do exercício, simultaneamente à variação do valor justo do item objeto protegido. O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3. No início das operações de “hedge”, a Instituição documenta a relação entre ele e o item objeto do “hedge” com seus objetivos e estratégias na gestão de riscos, além disso, a Instituição verifica, ao longo de toda a duração do contrato, sua efetividade. Os valores justos dos derivativos estão demonstrados na nota explicativa nº 17.

3.4 ATIVO INTANGÍVEL

(a) “SOFTWARES”

Os gastos com aquisição e implantação de “softwares” e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de “softwares” são reconhecidas no resultado do período quando incorridas. A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

(b) ÁGIO E INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA

O ágio registrado na aquisição de empresas representa o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios. Após o reconhecimento inicial, o ágio é demonstrado ao custo, menos quaisquer reduções acumuladas no valor recuperável. A Instituição reconhece uma combinação de negócio pelo valor justo na data da aquisição, com vida útil indefinida, uma vez que não há limite de tempo estimado da geração de benefícios futuro, avaliada segundo o método do fluxo de caixa descontado. O valor do ágio decorrente das combinações de negócios e os ativos de vida indefinida são submetidos anualmente ao teste de perda ao valor recuperável (“impairment”) a fim de determinar se houve perda no valor recuperável.

O teste para verificação do valor recuperável (“impairment”) utiliza premissas razoáveis e fundamentadas pela administração em condições econômicas e operacionais para estimar os fluxos de caixa descontados futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos. (c) INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL DEFINIDA Os demais ativos intangíveis adquiridos em combinações de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. Aqueles com vida útil definida são amortizados pelo método linear durante o período estimado de benefício econômico. A vida útil e os métodos de amortização são revisados anualmente e ajustados prospectivamente, se necessário.

3.5 PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos de depósitos interfinanceiros e a prazo, provenientes das operações de captação de recursos, valores a pagar das operações de cartão de crédito, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado. Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente, quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

3.6 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões referem-se à parcela deduzida da Corporação e destinada a um fundo que visa assegurar o pagamento de eventuais obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os riscos de demandas são avaliados de forma individualizada pelos analistas da Companhia e as provisões são mensuradas por meio de estimativa considerando a análise de comportamento do histórico de demandas anteriores já finalizadas.

A metodologia de contabilização das provisões segue os princípios estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Todos os valores são atualizados mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão e são revisadas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal” aplicada a tributos fiscais e previdenciários, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.7 RECONHECIMENTO DE RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito (operações com características de concessão de crédito) são registradas a valor presente, calculadas “pro rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo utilizado “accrual” até o 90º dia de atraso; após o 90º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações.

3.8 PROGRAMAS DE FIDELIDADE

A Instituição emite cartões de crédito que possuem programas de benefícios aos seus clientes. Esses programas incluem bonificação com base em milhagens ou outros parâmetros de fidelidade, nos quais se estima e contabiliza as obrigações relativas ao custo das bonificações futuras com base no valor justo desses benefícios e considera diversas premissas para a valorização desse componente. Essas premissas incluem comportamento de utilização dos benefícios, tipo de benefício e estimativa de expiração dos benefícios pela não utilização por parte do cliente.

3.9 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 mil por ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 15%. Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

- do valor justo de ativos e passivos financeiros;
- da realização dos tributos diferidos;
- das provisões e contingências para processos judiciais; e
- perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas, principalmente na provisão para riscos de créditos poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

5. GESTÃO DE RISCOS

A Instituição, dado os negócios que atua, está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Instituição adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, a Instituição dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Instituição para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dados os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo Porto possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, monitorar o apetite ao risco e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

Em observância às regras do Banco Central do Brasil, a Instituição divulga o Relatório de gerenciamento de riscos e capital, denominado Relatório de Pilar 3, o qual descreve de maneira completa a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital, assim como informações quantitativas. Este relatório encontra-se disponível no site da Porto Seguro (https://ri.portoseguro.com.br/informacoes-aos-acionistas/conglomerado-prudencial/).

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

Corresponde à possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras por parte do tomador, emissor ou contraparte, emissor ou contraparte nos termos pactuados nas operações de crédito, os quais incluem: empréstimos pessoais, como consignado e capital de giro; financiamentos por meio de crédito direto ao consumidor (CDC), para pessoas físicas e jurídicas; e cartão de crédito. O gerenciamento deste risco conta com mecanismos e processos de monitoramento contínuo da carteira de crédito. Entre os indicadores de monitoramento destacam-se: inadimplência, provisões, recuperação de crédito, concentração da carteira e a relação entre despesas e receitas.

Neste contexto, todas as operações que expõem o Conglomerado ao risco de crédito são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria. Tais processos e controles estão em linha com as diretrizes da Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações posteriores.

A mensuração da provisão de Risco de Crédito é realizada com base na probabilidade de inadimplência (PD), exposição em caso de inadimplência (EAD), perda dada a inadimplência (LGD) e concentração de tomadores, em conformidade com as regulamentações vigentes, como a Resolução CMN nº 4.966/2021.

A concentração do portfólio de investimentos da Instituição está alocada em 100,0% em risco soberano.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como sendo a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente às obrigações futuras.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações posteriores, o Conglomerado possui uma série de controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios. Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são:

- Limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo e de ativos de alta liquidez;
- Simulações de testes de estresse;
- Medidas potenciais para contingenciamento.

Os limites de gestão do risco de liquidez, definidos em política específica, são monitorados diariamente e reportados à Diretoria. Neste contexto, estão definidas medidas de contingência de liquidez para eventuais casos simulados de stress e de cenários adversos de liquidez.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e dos preços de mercadorias (“commodities”).

Todas as operações que expõem o Conglomerado ao risco de mercado são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações posteriores. Neste sentido, as operações são segregadas em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, conforme definição da Resolução BCB nº 111/2021 do BACEN e suas alterações posteriores.

A carteira de negociação é composta por operações realizadas com o objetivo de negociação (compra/revenda), assumidas para obtenção de ganhos com variações nos movimentos de preço ou destinadas a “hedge” de outros ativos livres da carteira de negociação. Por sua vez, a carteira bancária inclui as operações não classificadas na carteira de negociação ou com o objetivo de cobrir riscos (“hedge”) das operações de não-negociação, inclusive derivativos.

5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores-chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo “Risk and Control Self Assessment” - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Instituição, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os “Key Risk Indicators” - KRI que tratam-se de indicadores-chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos por meio dos limites estabelecidos em comum acordo com as áreas de negócios e/ou o Comitê de Risco Integrado.



PORTOSEG S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 4º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



→ continuaçãoNOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.5 RISCOS SOCIOAMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pelo BCB nº 139, CMN nº 5.185, CVM nº 218/2024 e CVM nº 217/2024, e em alinhamento aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto a Instituição, adota práticas integradas de gestão de riscos em toda a holding. Por meio de sua governança nas participações, são implementados mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos socioambientais e climáticos, de forma conectada à gestão dos demais riscos. Os riscos sociais, ambientais e climáticos representam a possibilidade de impactos negativos para o Grupo Porto e seus stakeholders, decorrentes de fatores como violações de direitos e garantias fundamentais, degradação ambiental - incluindo o uso excessivo de recursos naturais - e eventos climáticos severos ou alterações ambientais de longo prazo, associados às mudanças no clima e à transição para uma economia de baixo carbono. Para lidar com esses riscos, a Instituição implementou uma estratégia corporativa que contempla a identificação, mitigação e adaptação a tais impactos, alinhada ao princípio da dupla materialidade - reconhecendo que esses riscos afetam tanto o desempenho financeiro quanto a sociedade e o meio ambiente. A Porto se compromete a atuar de forma colaborativa com seus stakeholders, visando a proteção do bem-estar humano, do meio ambiente e do interesse público. A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) considera a exposição de cada produto ou negócio, com o desenvolvimento de indicadores específicos para o monitoramento contínuo e captura de perdas associadas a esses riscos. Trata-se de um processo evolutivo, conduzido por meio de autoavaliações de risco, planos de ação e acompanhamento de indicadores-chave (KRIs).

6. GESTÃO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital é realizado por meio de um modelo consolidado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório, segundo os critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo BACEN. A estratégia de gerenciamento de capital é continuar a maximizar o valor do capital da Instituição por meio da otimização do nível de adequabilidade e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão periódica do planejamento estratégico incluindo o fórum mensal denominado Comitê de Capital e Liquidez. Neste contexto, as diretrizes e objetivos do gerenciamento de capital englobam a sua alocação de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e ao acionista, enquanto se garante o alinhamento com os objetivos estratégicos do Conglomerado, de expansão e mudança de risco dos negócios assim como manutenção da viabilidade econômica das empresas em situações adversas (econômica, regulamentar/legal e mercado), por meio da adoção de uma postura prospectiva. A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, capital mínimo exigido e o índice de Basileia apurados de acordo com as normas do BACEN.

	Dezembro de 2025
Capital regulamentar	1.837.020
Nível I	1.452.672
Capital principal (*)	384.349
Capital complementar	622.953
Nível II	622.953
Dividas subordinadas elegíveis a capital	2.459.973
Patrimônio de referência = nível I + nível II (A)	
Exigibilidades ponderadas pelo risco:	
De crédito	20.469.556
De mercado	53.935
Operacional	2.014.314
Ativos ponderados pelo risco (B)	22.537.805
Patrimônio de referência mínimo requerido (C) (*)	2.366.470
Suficiência em relação ao patrimônio de referência mínimo requerido (A - C)	93.504
Índice de capital (A/B)	10,91%
(*) Em dezembro de 2025, a Porto Seguro S.A. efetuou aportes na Portoseg CFI S.A. para reforço do Patrimônio de Referência. Tais movimentações visam assegurar a manutenção dos índices regulatórios nos níveis exigidos. Por estarem em processo de homologação junto ao Banco Central do Brasil, esses valores não compõem a posição oficial demonstrada no quadro acima. O reconhecimento deste montante, para fins no cálculo do PR, ocorrerá tão logo as aprovações sejam publicadas pelo Regulador.	

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2025
Equivalentes de caixa (*)	114.580
Depósitos bancários	103.852
	218.432

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	Dezembro de 2025	Acima de 1 ano	Total
VJR - Valor Justo por Meio do Resultado			
Fundos abertos			
Cotas de fundos de investimentos	305.821		305.821
Fundos exclusivos			
LFTs	65.939		65.939
Carteira própria			
LFTs - privada	238.929		238.929
	610.689		610.689

Os títulos e valores mobiliários avaliados ao valor justo são classificados como "Nível 1" na hierarquia de valor justo.

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO MENSURADAS A CUSTO AMORTIZADO

	Dezembro de 2025
(a) POR TIPO DE OPERAÇÃO	
Operações de crédito	5.629.616
Cartão de crédito (*)	1.007.974
Financiamentos	1.994.829
Empréstimos	8.632.419
Circulante	7.491.675
Não Circulante	1.140.744
(*) Referem-se a valores a receber das operações de cartões de crédito vencidas ou parceladas, com os juros e rotativos.	
(b) POR SETOR DE ATIVIDADE	
Sector privado	7.776.930
Pessoas físicas	15.499
Comércio	28.054
Intermediadores financeiros	53
Indústria	811.883
Outros serviços (*)	8.632.419

(*) Referem-se, principalmente, aos créditos a prestadores de serviços do grupo Porto.

(c) POR FAIXA DE VENCIMENTO

	Dezembro de 2025
A vencer	
Até 90 dias	1.430.930
De 91 a 360 dias	2.337.010
Acima de 360 dias	2.214.819
Vencidos	
Até 14 dias	125.296
Acima de 14 dias	2.538.913
	8.646.969

(d) CONCENTRAÇÃO DE CRÉDITO

	Dezembro de 2025
1 a 10 maiores devedores	123.403
11 a 60 maiores devedores	83.665
61 a 160 maiores devedores	85.332
Demais devedores	8.340.019
	8.632.419

(e) POR ESTÁGIOS

	Estagio 1	Estagio 2	Estagio 3	Dezembro de 2025
Cartão de Crédito	923.596	1.263.288	3.442.733	5.629.616
Financiamentos	784.298	130.181	93.495	1.007.974
Empréstimos	1.721.195	140.735	132.899	1.994.829
Total	3.429.088	1.534.204	3.669.127	8.632.419
(-) Provisão para Perda Esperada				
Associadas ao Risco de Crédito...	(50.960)	(228.859)	(2.826.782)	(3.106.601)
Líquido de Provisão				5.525.818

(f) TRANSFERÊNCIA ENTRE OS ESTÁGIOS

	1º Janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Const./ Reversão	Write-Off	dez/25
Estágio 1	79.220	-	(108.778)	(3.539)	-	43.886	2.252	37.946	(26)	50.960
Cartão de crédito	32.227	-	(85.321)	(2.264)	-	41.563	1.040	25.003	-	12.248
Empréstimo	29.478	-	(18.008)	(917)	-	990	731	19.622	(21)	31.877
Financiamento	17.515	-	(5.449)	(358)	-	1.333	481	(6.679)	(5)	6.838
Estágio 2	275.786	(43.885)	-	(966.365)	108.778	-	71.347	788.955	(5.757)	228.859
Cartão de crédito	260.861	(41.562)	-	(917.976)	85.321	-	12.757	815.780	(5.367)	209.814
Empréstimo	8.852	(990)	-	(37.271)	18.008	-	24.558	227	(59)	13.325
Financiamento	6.074	(1.333)	-	(11.118)	5.449	-	34.033	(27.052)	(331)	5.721
Estágio 3	1.312.842	(2.252)	(71.347)	-	3.539	966.365	-	1.227.709	(610.074)	2.826.782
Cartão de crédito	1.228.473	(1.040)	(12.757)	-	2.264	917.976	-	1.074.904	(556.784)	2.653.035
Empréstimo	45.760	(731)	(24.558)	-	917	37.271	-	70.496	(28.284)	100.871
Financiamento	38.610	(481)	(34.033)	-	358	11.118	-	82.309	(25.006)	72.876
	1.667.848	(46.136)	(180.125)	(969.904)	112.317	1.010.250	73.599	2.054.609	(615.857)	3.106.601

Circulante

Não Circulante

(g) RENEGOCIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO

	Dezembro de 2025
Carteira - C5	
Operações renegociadas ativas	1.829.376
Operações recuperadas da baixa a prejuízo	530.174
Write-Off	90.592

10. OUTROS CRÉDITOS MENSURADOS A CUSTO AMORTIZADO

	Dezembro de 2025
Cartão de crédito (i)	15.040.220
Depósitos judiciais	5.150
Cessão de direitos creditórios	44.937
Impostos a compensar	279.143
Transações com partes relacionadas (ii)	9.237
Adiantamento a fornecedores e funcionários	5.827
Outros	22.785
	15.407.299
Circulante	15.402.149
Não Circulante	5.150
(i) Referem-se a valores a receber dos associados de cartões de crédito faturados a vencer ou não faturados. Esses valores estão classificados com características de concessão de crédito e têm como contrapartida contas a pagar junto aos adquirentes. (Vide nota explicativa nº 15).	
(ii) Vide nota explicativa nº 27.	

11. ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

	2033 em diante	Total
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	188.146	
Diferenças temporárias decorrentes de:		
Provisão para riscos de créditos	634.870	
IRPJ e CSLL sobre Provisão para programa Fidelidade	84.773	
Provisão de participação de lucros	20.135	
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	5.614	
Outras provisões	26.592	
	960.141	

11.1 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033 em diante	Total
Saldo a ser realizado em..	436.309	140.678	55.567	54.370	54.357	54.338	54.327	110.195	960.141

11.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	2º semestre de 2025	Dezembro de 2025
Resultado após participações nos resultados, antes do IRPJ e da CSLL (A)	(70.998)	80.195
Alíquota vigente	40%	40%
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	28.400	(32.078)
Juros sobre capital próprio	15.563	30.682
Doações/ incentivos	(1.453)	-
Equivalência patrimonial	3.296	8.128
Depósitos judiciais	951	1.769
Participação nos lucros - administradores	(5.626)	(7.181)
Outros	63.843	65.726
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	76.574	99.124
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	104.974	67.046
Taxa efetiva (D/-A)	147,9%	(83,6)%

12. INVESTIMENTO EM ENTIDADE CONTROLADA EM CONJUNTO

	Resultado equivalência patrimonial	Dezembro de 2025
ConectCar	20.321	149.508
Combinação de negócios (*)	-	36.389
	20.321	185.897

(*) Ativos contemplados nos investimentos da Instituição referem-se à combinação de negócios celebrada em contrato em junho de 2021 com a ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar").

13. INTANGÍVEL

	Taxas amortização (% a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Dezembro de 2025
"Software"	6,67 a 20,00	115.391	(15.993)	99.398
Ágio - ConectCar (i)		43.974	(43.974)	-
		159.365	(59.967)	99.398

(i) Vide nota explicativa nº 12.

14. DEPÓSITOS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS (CUSTO AMORTIZADO)

	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	De 13 a 24 meses	Acima de 24 meses	Dezembro de 2025
Recursos de letras financeiras (*)	169.818	540.997	2.157.708	2.453.647	5.322.170
Depósitos a prazo - CDB	109.289	132.114	341.665	388	583.456
Depósitos interfinanceiros - DI	350.391	-	-	-	350.391
	629.498	673.111	2.499.373	2.454.035	6.256.017
Circulante					1.302.609
Não circulante					4.953.408
(*) Captação de recursos remunerados ao CDI.					

15. TRANSAÇÕES DE PAGAMENTO

Referem-se a valores a pagar a estabelecimentos filiados decorrentes de operações com cartões de crédito.

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

16.1 SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

Refere-se à participação nos lucros dos funcionários e dos dividendos a pagar.

16.2 FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Dezembro de 2025
Cofins	17.325
Imposto de renda	6.080
INSS	4.869
ISS	3.339
PIS	2.963
Contribuição social	908
Outros	779
	36.263

16.3 PROVISÕES PARA PAGAMENTOS A EFETUAR

	Dezembro de 2025
Fornecedores	133.079
Partes relacionadas (*)	45.874
Comissão a pagar	12.972
Provisão de benefícios a empregados	11.585
Outros	224
	203.734

(*) Vide nota explicativa 27.

16.4 PROVISÕES JUDICIAIS

16.4.1. PROVÁVEIS

A Instituição é parte envolvida em processos judiciais, de naturezas tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2025
Fiscais (i)	-
Cíveis	9.718
Trabalhistas	3.339
	13.057

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. (i) O risco total estimado desta ação referia-se ao questionamento, no âmbito fiscal, à exigência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre receitas de juros moratórios. Em novembro de 2025, o depósito foi convertido em renda tendo em vista o trânsito em julgado desfavorável à empresa.

16.4.2 POSSÍVEIS

A Instituição é parte em outras ações de naturezas tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2025
Cíveis	6.781
Fiscais	3.618
Trabalhistas	184
	10.583

16.5 DIVERSAS

	Dezembro de 2025
Operações com cartão de crédito	3.103.125
Programa de incentivo - cartão de crédito	188.386
Benefícios Pós-Emprego (*)	2.081
Outras	41.080
	3.334.672
Circulante	3.332.591
Não Circulante	2.081

(*) Vide nota explicativa 26.2.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Dezembro de 2025
Parcela efetiva - valor justo	
Contrato de "swap"	(1.576.654)
Passivo financeiro (objeto de "hedge")	1.620.928
Total (A)	44.274
Parcela Inefetiva (B)	(354)
Estratégias - Curva	
Contrato de "swap"	(2.173.538)
Hedge de captações	2.233.111
Total (C)	59.573
Instrumentos financeiros (A+C)	103.847
Impacto no Patrimônio líquido (bruto de impostos) (A+B)	43.920
Impacto no Patrimônio líquido (líquido de impostos)	24.156

18. PROVISÕES PARA IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDAS

O saldo refere-se principalmente ao passivo diferido sobre instrumentos financeiros derivativos de "swap", conforme nota explicativa nº 17.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 884.717, dividido 21.532.039 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025, ocorreu a deliberação de aumento de capital a integralizar durante o ano de 2026, no montante de R\$ 130.000.

Os aumentos de capital realizados nas Assembleias Gerais e Extraordinárias ocorridas no período, ainda em aprovação junto ao Banco Central do Brasil, foram os seguintes:

	Capital Social	Quantidade de Ações
28 de novembro de 2025	80.000	1.825.606
12 de dezembro de 2025	20.600	414.560
31 de dezembro de 2025	130.000	2.616.153
	230.600	4.856.319

(b) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades Anônimas. Em 31 de dezembro de 2025 seu saldo era de R\$ 102.214.

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, seu saldo era de R\$ 71.180.

(c) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

PORTOSEG S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 4º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



→ continuaçãoNOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

distribuição de dividendos com base nas reservas de lucros. Todos os valores foram integralmente pagos na data de suas respectivas aprovações. No período também foram aprovados e pagos JCP, conforme detalhamento abaixo:

Dividendos (DMO de 2024)	Valor Aprovado
27 de fevereiro de 2025.....	4.379
Dividendos (reserva de lucros)	Valor Aprovado
27 de fevereiro de 2025.....	42.621
28 de abril de 2025.....	30.000
29 de maio de 2025.....	20.000
30 de junho de 2025.....	10.000
29 de agosto de 2025.....	16.000
Total.....	118.621
Total Dividendos.....	123.000
JCP (destinação de 2025)	Valor Aprovado
25 de março de 2025.....	18.750
30 de junho de 2025.....	19.047
30 de setembro de 2025.....	19.329
31 de dezembro de 2025.....	19.580
Total JCP.....	76.706

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados como segue:

	Dezembro de 2025
Lucro líquido do exercício.....	147.241
Reserva legal - 5%.....	(7.362)
Resultado básico para determinação do dividendo.....	139.879
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%.....	34.970
JCP distribuído - líquido (*).....	65.200
Total de dividendos e JCP distribuídos.....	65.200
Total por ação (R\$).....	3,875
Quantidade de ações.....	16.828

(*) Os valores de JCP distribuídos estão apresentados líquido de imposto (15% de IR).

(d) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Porto Seguro S.A. ("Porto") possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Porto e/ou de suas coligadas e controladas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Instituição, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos beneficiários, dos acionistas, da Porto e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do Grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração da Porto, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referentes ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto, mantidas em tesouraria. O cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Porto, ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano, conforme atualizado, e de seus programas.

A movimentação dos programas de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2025
Saldo inicial.....	6.927
Diferimento do exercício.....	13.663
Ações canceladas, alienadas ou perda de direito.....	(9.136)
Saldo final.....	11.454
Valor de mercado médio ponderado (R\$).....	37,84
	Quantidade
	Dezembro de 2025
Saldo inicial.....	314
Diferimento do exercício.....	283
Ações canceladas, alienadas ou perda de direito.....	(231)
Saldo final.....	366

20. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	2º semestre de 2025	Dezembro de 2025
Cartão de crédito.....	1.270.728	2.445.161
Financiamentos.....	231.583	456.424
Empréstimos.....	154.835	274.447
Juros de mora.....	7.045	14.349
	1.664.191	3.190.381

21. OPERAÇÕES DE CAPTAÇÃO NO MERCADO

	2º semestre de 2025	Dezembro de 2025
Despesas letras financeiras.....	(382.510)	(649.792)
Despesas de depósitos a prazo.....	(45.361)	(80.226)
Despesas depósitos interfinanceiros.....	(12.406)	(38.705)
Outros.....	(378)	(631)
	(440.655)	(769.354)

22. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º semestre de 2025	Dezembro de 2025
Receita de "interchange" (*).....	494.734	942.812
Tarifas - "private label".....	258.285	511.227
Outras.....	31.775	55.273
	784.794	1.509.312

(*) Refere-se à remuneração proveniente de percentual sobre as processadas no cartão de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

22.1 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2025	Dezembro de 2025
Processamento de dados e comunicação.....	(274.929)	(487.477)
Custo corporativo.....	(76.910)	(160.546)
Infraestrutura.....	(6.375)	(12.671)
Divulgações e publicidade.....	(133)	(449)
Outras.....	(25.535)	(46.933)
	(383.882)	(708.076)

23. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2º semestre de 2025	Dezembro de 2025
COFINS.....	(88.481)	(168.886)
ISS.....	(18.107)	(33.597)
PIS.....	(14.379)	(27.446)
IOF.....	(2.490)	(5.227)
Outros.....	(2)	(37)
	(123.459)	(235.193)

24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2025	Dezembro de 2025
Receitas de incentivo - cartão de crédito.....	70.075	85.547
Receita de variação cambial.....	33.482	56.292
Contingências.....	10.627	11.570
Outras.....	4.039	11.908
	118.223	165.317

25. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2025	Dezembro de 2025
Despesas com recuperação.....	(549.978)	(1.312.884)
Programa de fidelização.....	(160.091)	(291.102)
Desconto concedido.....	(145.012)	(289.166)
Despesas bancárias e de cobrança.....	(106.215)	(238.091)
Certificações.....	(106.039)	(208.849)
Comissões.....	(32.356)	(60.588)
Outras (*).....	(130.781)	(196.413)
	(1.230.472)	(2.597.093)

(*) Refere-se, principalmente a despesas com promoções e benefícios a clientes.

26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

26.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Determinadas controladas do Grupo Porto patrocinam 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de contribuição variável e outro de contribuição definida. Estes planos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos. Em ambos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos.

- Plano PORTOPREV (CV), que foi instituído em 01 de outubro de 1994 e na data de 24 de setembro de 2015, foi aprovada a alteração regulamentar, pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a qual estabeleceu o encerramento das inscrições de novos participantes a este Plano. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 6% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.; e
- PORTOPREV II (CD), que foi instituído em 24 de setembro de 2015 para os funcionários que não se inscreveram ao Plano PORTOPREV antes de 24 de setembro de 2015, ou que foram admitidos a partir desta data. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em 31 de dezembro de 2025, os planos contavam com cerca de 292 participantes. As despesas das controladas da Companhia com contribuições ao plano foram de R\$ 2.419 em 31 de dezembro de 2025.

26.2 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2025
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício.....	1.594
Custo dos benefícios.....	113
Custo de juros.....	274
Benefícios pagos.....	(511)
Ganho atuarial sobre a obrigação.....	574
Outros.....	37
Saldo final do passivo.....	2.081

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2025, foram as seguintes:

	Dezembro de 2025
Taxa média de desconto das obrigações (a.a.).....	7,62%
Taxa de crescimento salarial (a.a.).....	1,00%
Inflação econômica (a.a.).....	4,17%
Inflação médica (a.a.).....	4,00%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (a.a.) - nominal.....	4,17%

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

- (i) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com as empresas do Grupo;
- (ii) Seguro prestamista com a Porto Cia;
- (iii) Repasse de despesas e serviços compartilhados, conforme grade de rateio e/ou utilização de estrutura física e *headcount* entre elas;
- (iv) Serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;
- (v) Serviços de intermediação, administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros pela Crediporto;
- (vi) Serviços de seguro saúde contratados da Porto Saúde;
- (vii) Serviços de assistência automotiva (remoções de veículos apreendidos), pela Porto Assistência;
- (viii) Intermediação e agenciamentos de débitos veiculares pela Porto Serviços e Comércio, oferecidos aos clientes do cartão Porto;
- (ix) Aquisição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização; e
- (x) Serviços de administração e gestão de carteiras contratados da Porto Gestora e Porto Asset Management.

Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Ativo	Passivo
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2025
Porto Consórcio.....	5.810	—
Porto Serviços.....	2.315	—
Porto Capitalização.....	653	—
Porto Vida e Previdência.....	257	—
Portopar.....	170	—
Mobitech/Porto Serviço Negócios (i).....	32	—
Crediporto.....	—	198
Porto Cia.....	—	45.676
	9.237	45.874
	Receitas	Despesas
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2025
Porto Cia.....	58.531	(311.451)
Porto Consórcio.....	28.410	(183)
Azul Seguros.....	7.454	—
Porto Capitalização.....	2.788	(795)
Porto Serviço (ii).....	2.458	(128)
CDF S.A (ii).....	1.594	(33)
Portopar.....	1.519	—
Porto Vida e Previdência.....	929	—
Mobitech/Porto Serviço Negócios (i).....	172	—
Porto Serviços e Comércio.....	6	(5.045)
Proteção e Monitoramento.....	3	—
Porto Seguro Gestora de Recursos.....	—	(273)
Porto Atendimento.....	—	(73.761)
Porto Saúde.....	—	(7.790)
Crediporto.....	—	(63.847)
Porto Assistência Participações.....	—	(608)
	103.864	(463.914)

(i) A partir de 2025, a empresa anteriormente denominada Mobitech Locadora de Veículos S.A. passou a adotar a nova razão social Porto Serviços e Negócios S.A.

(ii) A Porto Assistência e a CDF Ltda. foram incorporadas pela CDF S.A. em fevereiro e agosto de 2024 respectivamente. Em Outubro de 2025 a Porto Assistência junto com a CDF S.A foram incorporadas na Porto Serviço S.A.

Em Dezembro de 2025 houve cessão de direitos creditórios sem coobrigação, decorrente dos serviços prestados pela Unidade de Oncologia Clínica e Pediátrica, Oncoclínicas Rio de Janeiro, Instituto Oncológico de Ribeirão Preto e Centro Paulista de Oncologia, aos segurados da Porto Saúde, como meio de pagamento para a transação realizada com a Portoseg.

27.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, conforme demonstrado a seguir:

	2º semestre de 2025	Dezembro de 2025
Participação nos lucros - administradores.....	(18.363)	(18.363)
Honorários e encargos.....	(4.229)	(4.229)
	(22.592)	(22.592)

28. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Instituição é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício.

A Instituição não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41 - Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	2º semestre de 2025	Dezembro de 2025
Resultado atribuível aos acionistas da Instituição.....	33.973	147.241
Média ponderada do número de ações durante o semestre/exercício.....	16.828	16.828
Resultado por ação básico e diluído.....	2.0189	8.7498

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

29.1 RESULTADO NÃO RECORRENTE

Não houve no exercício, resultados não recorrentes com necessidade de divulgação de forma segregada.

DIRETORIA					
MARCOS ROBERTO LOUÇÃO Diretor Presidente		CELSO DAMADI Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos		ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES Diretora Executiva Jurídica	
EMÍLIO BENTANCOURT Diretor Executivo de Riscos e Governança	PATRÍCIA QUIRICO COIMBRA Diretora Executiva de Gente e Cultura	RAFAEL VENEZIANI KOZMA Diretor de Controladoria	ADRIANO ARRUDA DE OLIVEIRA Diretor de Negócios	NELSON SANTOS AGUIAR Diretor de Negócios	TIAGO VIOLIN Diretor de Negócios
PAULO SÉRGIO DE CARVALHO Diretor					

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Portoseg S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento** ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias das demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Apresentação dos valores correspondentes do período anterior

Chamamos a atenção para a nota explicativa n° 2.1 às referidas demonstrações

financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Instituição.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado nas notas explicativas n° 3.2.4 e 9 (e) e (f), a Instituição possuía provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ (3.106.601) mil, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, as garantias atreladas, os atrasos e o histórico de renegociações, conforme os

parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, bem como adota modelo interno de provisionamento de risco baseada em várias premissas e fatores internos e externos, cujo objetivo é identificar antecipadamente a deterioração das operações de crédito. Consideramos essa provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos montantes, e pelo fato da classificação de nível de risco dos clientes, da avaliação das garantias e do cenário econômico atual e prospectivo, envolverem julgamento por parte da Diretoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos parâmetros de cálculo da Perda Esperada, como probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, expectativa de recuperação do instrumento financeiro, cálculo de valor presente, saldo contábil, fator de conversão de crédito e taxa de juros efetiva, desenvolvidos pela Instituição relacionados ao modelo de premissas adotadas pela Diretoria para o provisionamento das perdas esperadas associadas ao risco de crédito e testes de sua efetividade; (ii) análise das classificações de estágio, ativo problemático, grupos homogêneos, carteiras, definições de renegociação e reestruturação; (iii) garantias e monitoramento das transações renegociadas feitas pela Diretoria; (iv) análise da avaliação econômica e financeira realizada pela Instituição no momento de classificação de nível de risco dos clientes, por meio de uma amostra selecionada para teste; (v) recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23; (vi) reconciliação dos registros contábeis com os controles analíticos; e (vii) análise das divulgações relacionadas ao tema nas demonstrações financeiras realizadas pela Diretoria da Instituição.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas associadas às



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

PORTOSEG S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 4º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



→ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

provisões adotadas pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas n°s 3.2.4 e 9 (e) e (f), são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia da informação

A Instituição é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, conseqüentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança.

Uma vez que a avaliação da efetividade do ambiente de tecnologia da informação é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Instituição. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, nossos testes sobre o desenho e operação dos controles gerais de tecnologia da informação considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de

forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras
A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para

planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O-0
Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora - CRC-SP198827/O-0

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria (“CoAud” ou “Comitê”) é um órgão estatutário, de caráter permanente, com autonomia operacional e dotação orçamentária própria, instituído pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2022 da Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Companhia”), como líder do Conglomerado Prudencial Porto Seguro (“Conglomerado”).

Para cumprir sua missão, o colegiado é estruturado com uma composição de 3 a 5 membros, cujos perfis são criteriosamente selecionados para atender aos mais elevados padrões de independência e competência técnica. Esse rigor reflete o compromisso do Conglomerado e de todo o Grupo Porto com o as normas vigentes. Em linha com o compromisso de rotatividade e cumprimento estatutário, registramos o encerramento do mandato da Sra. Cynthia Nesanovis Catlett em 15 de dezembro de 2025. O processo seguiu os prazos de permanência previstos no Estatuto Social, Regimento Interno do Comitê e legislação vigente. O Conglomerado já está em processo de recomposição de seu quórum de atuação, que atualmente conta com a seguinte composição: Sra. Lie Uema do Carmo, Coordenadora do Comitê e membro desde 21 de agosto de 2023; e Sr. Eduardo Rogatto Luque, membro externo qualificado, eleito desde 31 de março de 2022.

Ao Comitê compete, principalmente: (i) supervisionar a atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; (ii) supervisionar a atuação, independência, objetividade e qualidade do trabalho dos auditores independentes; (iii) zelar pela qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos; (iv) zelar pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, considerando as particularidades afetas ao Conglomerado, além de regulamentos e políticas internas; (v) zelar pela qualidade e integridade das Demonstrações Financeiras (“DFs”) do Conglomerado; e (vi) zelar pela correção e aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos, identificados no âmbito de sua atuação.

Ademais, no desempenho de suas atribuições, o Comitê se reúne com os administradores responsáveis pelas diversas áreas de negócio e de controles, bem como com a área de contabilidade, com os auditores internos e auditores independentes. Suas conclusões se baseiam nas informações recebidas da Administração, dos Auditores Independentes, da Auditoria Interna e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e de compliance.

O 2º semestre de 2025 foi marcado por uma atuação diligente do Comitê, representada em 9 reuniões, que, somadas às 6 reuniões do 1º semestre, totalizam 15 encontros ao longo do exercício de 2025. E, com base nessa estrutura de governança e transparência, destacam-se abaixo os principais temas que ocuparam a agenda do Comitê no 2º semestre de 2025:

1. Gestão de Riscos, Compliance e Controles Internos: ao longo do 2º semestre de 2025, o Comitê de Auditoria supervisionou diligentemente as áreas de Gestão de Riscos, Compliance e Controles Internos, fundamentando sua atuação no conceito de *Combined Assurance* para garantir a convergência entre os planos de Riscos e Auditoria Interna. O Comitê monitorou o avanço na maturidade das matrizes de riscos, com ênfase na resiliência digital, monitoramento preditivo de sistemas e segurança institucional no combate a fraudes. Ainda, o Comitê acompanhou proativamente o cenário regulatório e o relacionamento com autoridades supervisoras, assegurando a conformidade normativa e a transparência nas projeções estratégicas e planos de solvência. A governança é fortalecida pela integração direta com a Diretoria do Conglomerado e com o Conselho de Administração da Porto Seguro S.A. (“Conselho”), holding do Grupo Porto que controla o Conglomerado, por intermédio da Coordenadora, Sra. Lie Uema do Carmo, que também integra o Comitê de Risco Integrado da Porto Seguro S.A., refletindo um ambiente de controle rigoroso e adaptável, essencial para a perenidade e sustentabilidade do Conglomerado frente às complexidades macroeconômicas e regulatórias.

2. Gestão Jurídica e Regulatória - Temas de Interesse: o Comitê de Auditoria também teve acesso a gestão do contencioso e das contingências, observando indicadores de eficiência. A agenda estratégica focou na preparação para a Reforma Tributária, com monitoramento do mapeamento de impactos e adequação sistêmica

para garantir segurança jurídica e neutralidade tributária. Adicionalmente, acompanhou proativamente o cenário legislativo, com destaque para a Reforma do Código Civil (PL nº 4/2025). Essa atuação, conduzida por grupos multidisciplinares, busca a prontidão do Conglomerado frente às mudanças normativas, reforçando a resiliência institucional e a proteção do patrimônio em um ambiente dinâmico.

3. Estratégia de Negócios e Visão da Vertical Financeira: houve o acompanhamento da execução da estratégia de longo prazo, com foco na evolução da vertical financeira e no equilíbrio entre crescimento e rentabilidade. As discussões sobre risco de crédito reforçaram a disciplina na concessão e o uso intensivo de dados para qualificação de safras e redução da inadimplência no ecossistema do Conglomerado e do Grupo Porto. No campo tecnológico, o Comitê supervisionou a migração de plataformas e a transformação digital, que prioriza a resiliência operacional e a experiência do cliente. O colegiado monitorou ainda revisões de parcerias estratégicas, além de manter vigilância sobre mudanças legislativas e planos de ação de auditorias. A supervisão continua pretende auxiliar que a transformação dos modelos de negócio ocorra sob diretrizes de governança e controle.

4. Tecnologia, Segurança da Informação e Inovação: foi mantido um acompanhamento sobre a arquitetura tecnológica e os protocolos de cibersegurança, supervisionando iniciativas que elevam a maturidade de proteção frente ao cenário global de ameaças. No campo da inovação, o Comitê focou na adoção responsável pelo Conglomerado da Inteligência Artificial (“IA”), com o estabelecimento de barreiras de segurança, diretrizes éticas e frameworks de governança para garantir a auditabilidade das novas tecnologias. A diligência incluiu visitas presenciais dos membros à estrutura digital do Conglomerado possar ocorrer com transparência, resiliência e confiança.

5. Auditoria Independente: a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. (“EY”) é a responsável pela auditora externa das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, das sociedades que integram o Conglomerado Prudencial, sendo responsável pelo planejamento e execução de seus trabalhos, conforme normas da profissão e práticas contábeis. O Comitê realizou reuniões trimestrais com os auditores para discutir o planejamento anual, os riscos identificados e a estratégia de mitigação adotadabem como para discussão e monitoramento das informações financeiras e das Notas Explicativas. Neste ciclo, o Comitê acompanhou a evolução para uma abordagem de auditoria baseada na confiança no ambiente de controles internos. Ao final do período, o Comitê de Auditoria confirmou que a EY manteve sua independência e objetividade, conduzindo os trabalhos com a diligência esperada.

6. Auditoria Interna: foi supervisionado o cumprimento do plano de trabalho da Auditoria Interna para 2025, com foco em segurança tecnológica e conformidade financeira. Houve a avaliação formal anual da Auditoria Interna realizada pelo Comitê de Auditoria, para avaliar, dentre outros, a autonomia, a independência e o rigor técnico. Pelo terceiro ano consecutivo, a Auditoria Interna foi reconhecida com a premiação “IIA May”, refletindo o compromisso com o padrão “*Best In Class*” e fóruns globais de melhores práticas. A excelência operacional foi potencializada pela consolidação do sistema *TeamMate* e pelo lançamento do plano estratégico *Visioning* 2025-2030. Essas iniciativas, somadas aos investimentos em capacitação, buscam assegurar que a Auditoria Interna permaneça resiliente e integrada às demais esferas de monitoramento, contribuindo na proteção do valor e da governança do Conglomerado.

7. Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas: em suas comunicações ao Comitê, as áreas de Auditoria Interna, Controles Internos e Auditoria Independente não identificaram nenhum descumprimento significativo de legislação, regulamentação ou normas internas.

8. Governança e Sustentabilidade: foi intensificada a supervisão da agenda ambiental do Conglomerado, com a validação de diagnósticos que incluíram visitas técnicas e auditorias documentais. Esse escopo buscou avaliar a conformidade das estruturas operacionais frente às normas legais vigentes, para que que o crescimento operacional da Vertical Financeira esteja em harmonia com a preservação e a responsabilidade ambiental. Em linha com as melhores práticas de governança corporativa, o Comitê teve a oportunidade de recomendar a transversalidade das análises de conformidade ambiental entre as diferentes linhas de defesa da organização, abordagem esta que fortalece a dedicação à agenda ESG, unindo a expansão da Vertical Financeira ao cumprimento dos requisitos de sustentabilidade, com vistas a gerar valor de longo prazo para a sociedade.

9. Ouvidoria e Canais Éticos: foram avaliadas as atividades da Ouvidoria, focando na integração da Vertical Financeira e na eficácia da resolução de conflitos como ferramenta de governança. O monitoramento de indicadores e de plataformas externas confirmou a sólida reputação do Conglomerado e a satisfação em produtos de crédito e serviços digitais. No âmbito da integridade, a governança dos Canais Éticos foi fortalecida com novos protocolos de segurança, mitigando riscos de conduta e protegendo a cultura organizacional. Adicionalmente, acompanhou-se o uso de inovações tecnológicas para segurança operacional e proteção do patrimônio. Essa atuação conjunta assegura que as demandas dos clientes e os reportes éticos sejam transformados em insumos estratégicos para a gestão de riscos e sustentabilidade da marca.

10. Demonstrações Financeiras: o Comitê reuniu-se em 03 de fevereiro de 2026 com a área de Controladoria para análise do desempenho e das DFs da Portoseg, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2025. O Comitê também se reuniu com a Auditoria Independente em 04 de fevereiro de 2026 e tomou conhecimento do relatório das respectivas Demonstrações Financeiras do período. Assim, baseando suas conclusões nas atividades desenvolvidas nos períodos e ponderando as limitações decorrentes da extensão de sua atuação, o Comitê entende que as Demonstrações Financeiras da Portoseg estão prontas para serem apreciadas pelos respectivos órgãos sociais das empresas do Conglomerado.

11. Outras Atividades: o Comitê manteve uma agenda ativa de diálogos estratégicos em 2025, destacando-se os encontros periódicos com o Diretor Presidente e com o Presidente do Conselho de Administração da Porto Seguro S.A., além do CEO da Vertical Financeira. Essas agendas permitiram o alinhamento sobre desafios de negócio e visões setoriais. A diligência incluiu verificações *in loco*, como a visita à Porto Uruguai, com interação com o regulador local e busca de validação da maturidade de controles. No Brasil, os membros inspecionaram o *Data Center* e as estruturas de Segurança de TI. Visitas a bases de treinamento e áreas operacionais completaram a agenda, assegurando uma compreensão prática dos processos e reforçando a conexão entre a supervisão do Comitê e a realidade estratégica do Grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DO COMITÊ DE AUDITORIA: O Comitê de Auditoria reuniu-se trimestralmente com a Controladoria para apreciar as Demonstrações Financeiras da Portoseg, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Concomitantemente, recebeu as referidas demonstrações financeiras e as discutiu com os auditores independentes. Ao final do processo, o Comitê de Auditoria tomou conhecimento, debateu o relatório dos auditores independentes, e constatou a inexistência de divergência entre a administração, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Portoseg. Com base nas informações e discussões acima referidas, o Comitê entende que as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 estão prontas para serem apreciadas pelos respectivos órgãos sociais da Portoseg.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026.

LIE UEMA DO CARMO
Coordenadora
EDUARDO ROGATTO LUQUE
Membro Externo



Porto Seguro

Imprevistos fazem parte do negócio.

Seguro faz parte da empresa.

Soluções com coberturas para todos os tipos de segmentos.

- Transportes
- Empresa
- Eventos
- Resp. Civil
- Agronegócio
- Auto Frota
- Vida Empresarial
- Condomínio
- Máquinas e Equipamentos

Todo cuidado é Porto.

Baixe o app e fale com seu Corretor.



Informações reduzidas. Consulte as condições gerais de cada produto no site portoseguro.com.br/para-empresas. Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais. CNPJ 61.198.164/0001-60



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

TEATRO Porto

Nos palcos e na vida,
a gente tá sempre junto.



Mel Lisboa no espetáculo
Rita Lee - Uma autobiografia Musical
De volta ao Teatro Porto, a partir do dia 17/04.

 Alameda Barão de Piracicaba, 740
Campos Elíseos, São Paulo - SP, 01216-012

   /teatroporto

Todo cuidado é Porto.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e
foi publicada na página de Relação com o
Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no
QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



Todo cuidado é Porto.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>